

Outros aspectos foram considerados no quadro da normalização europeia; assim, por exemplo, estão actualmente em fase de elaboração no Comité Europeu de Normalização (CEN) várias normas voluntárias específicas para as piscinas. Essas normas dizem respeito, por exemplo, às tabuletas de segurança, às balizas flutuantes e às escadas.

Alguns outros aspectos, nomeadamente os que se referem à exploração das piscinas, tais como a vigilância dos banhistas, sua informação, e a colocação à disposição de material de salvamento, são da competência nacional, não tencionando a Comissão neste momento regulamentá-los através de legislação comunitária.

Uma directiva relativa à responsabilidade dos prestadores de serviços teria podido contribuir para uma melhor protecção na matéria mas, em 1994, a Comissão foi levada a retirar uma proposta nesse sentido ⁽²⁾, após a tomada em consideração do parecer do Parlamento (em particular, da Comissão dos Assuntos Jurídicos e dos Direitos dos Cidadãos), do parecer do Comité Económico e Social, e bem assim dos considerandos relativos à subsidiariedade (artigo 3º-B) expressos pelo Conselho Europeu de Edimburgo.

⁽¹⁾ JO L 40 de 11.2.1989.

⁽²⁾ JO L 339 de 30.12.1989.

⁽³⁾ JO L 77 de 26.3.1973.

⁽⁴⁾ JO L 183 de 29.6.1989.

⁽⁵⁾ JO C 12 de 18.1.1991.

(1999/C 96/221)

PERGUNTA ESCRITA E-2949/98

apresentada por Ludivina García Arias (PSE) à Comissão

(8 de Outubro de 1998)

Objecto: Atrasos na homologação de títulos universitários

Não considera a Comissão que, quando os Estados-membros atrasam inexplicavelmente, durante mais de um ano, a homologação de títulos universitários, estão de facto a limitar o reconhecimento profissional dos diplomas regulados pela Directiva 89/48/CEE ⁽¹⁾, e, dessa forma, o livre estabelecimento dos cidadãos na União Europeia? Em caso afirmativo, não considera a Comissão que a homologação ou equivalência de títulos obtidos em universidades da UE devem também ser objecto de legislação comunitária?

⁽¹⁾ JO L 19 de 24.1.1989, p. 16.

Resposta dada pelo Sr. Monti em nome da Comissão

(6 de Novembro de 1998)

Remete-se a atenção da Senhora Deputada para a resposta da Comissão à sua pergunta escrita E-529/98 ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ JO C 402 de 22.12.1998, p. 14.

(1999/C 96/222)

PERGUNTA ESCRITA E-2958/98

apresentada por Nikitas Kaklamanis (UPE) à Comissão

(8 de Outubro de 1998)

Objecto: Reactor nuclear de Akkuyu na Turquia

A Turquia apesar das crescentes reacções internacionais continua a avançar na construção da central nuclear no litoral do Egeu se bem que haja indicações claríssimas quanto à sismicidade da região. Ultimamente foi publicada uma carta do sismólogo canadiano Sr. Buckthought publicada no jornal canadiano Ottawa Citizen que rebate tudo quanto a Turquia sustenta quanto à não sismicidade da região. Entre outros, o professor canadiano sustenta que desde 1973 até hoje se verificou uma série de sismos na Turquia cujo epicentro dista de 40 a 60 km de Akkuyu, local de implantação da projectada central nuclear. Incita mesmo todos quantos estão envolvidos neste programa extremamente perigoso que tomem uma posição responsável dado que um acidente de tipo Chernobil terá efeitos mortais sobre dezenas de milhões de habitantes na Turquia e nos países vizinhos Chipre, Grécia e Israel.